



O Instituto Nacional do Livro e a organização social do conhecimento no Estado Novo brasileiro: a atuação dos jornais no Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas (1937–1945)

The National Book Institute and the social organization of knowledge in the Brazilian Estado Novo: the role of newspapers in the Book Works Dissemination Plan (1937–1945)

El Instituto Nacional del Libro y la organización social del conocimiento en el Estado Novo brasileño: la actuación de los periódicos en el Plan de Divulgación de Obras Bibliográficas (1937–1945)

Alessandra Nunes de Oliveira

Universidade Federal do Pará, Brasil

ROR <https://ror.org/03q9sr818>

alessandra.nunes@unesp.br

ID <https://orcid.org/0000-0002-7662-5686>

Resumo

Analisa-se a atuação jornalística no *Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas*, elaborado em 1938 pelo Instituto Nacional do Livro, com o objetivo de compreender de que modo a os jornais atuaram como instância de produção e organização social do conhecimento no Brasil. Parte-se da hipótese de que os jornais responsáveis pela divulgação das ações do INL, em articulação complementar com o Plano, constituíram um conjunto documental orientado pela racionalidade estatal, no qual a informação e o discurso atuaram como mecanismos de legitimação discursiva e de difusão ideológica do projeto cultural do regime. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratório-descritiva, fundamentada no método da pesquisa documental e ancorada na Análise Crítica do Discurso, em diálogo com a perspectiva teórica da Organização Social do Conhecimento. O *corpus* é composto por matérias publicadas em jornais de circulação nacional entre 1937 e 1945, consultadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, tendo o *Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas* como documento complementar de contextualização e análise. Os resultados indicam que a imprensa atuou como instância mediadora na sistematização e na circulação do conhecimento promovido pelo Estado, contribuindo para a construção de uma narrativa nacionalista e para a legitimação das políticas culturais do período. Conclui-se que a articulação entre a cobertura jornalística e o plano representou uma experiência de ordenação social do saber orientada pela centralização política e pela conformação de uma identidade nacional disciplinada.

Palavras-chave: Instituto Nacional do Livro, Estado Novo, Organização social do conhecimento, Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas, Política cultural, Brasil.

Abstract

The journalistic activity related to the Book Works Dissemination Plan, drafted in 1938 by the National Book Institute, is analyzed in order to understand how newspapers operated as an instance of production and social organization of knowledge in Brazil. The study is based on the hypothesis that the newspapers responsible for disseminating the INL's actions, in complementary articulation

Recepción: 29 Octubre 2025 | Aceptación: 15 Abril 2026 | Publicación: 01 Octubre 2026

Cita sugerida: Oliveira, A. N. de (2026). O Instituto Nacional do Livro e a organização social do conhecimento no Estado Novo brasileiro: a atuação dos jornais no Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas (1937–1945). *Palabra Clave (La Plata)*, 16(1), e296. <https://doi.org/10.24215/18539912e296>



with the Plan, constituted a documentary set guided by state rationality, in which information and discourse functioned as mechanisms of discursive legitimation and ideological diffusion of the regime's cultural project. The research is qualitative in nature, with an exploratory-descriptive approach, grounded in documentary research and anchored in Critical Discourse Analysis, in dialogue with the theoretical perspective of the Social Organization of Knowledge. The *corpus* consists of articles published in nationally circulated newspapers between 1937 and 1945, consulted in the Digital Newspaper Library of the National Library and in the collection of the Center for Research and Documentation of Contemporary Brazilian History, with the Book Works Dissemination Plan serving as a complementary document for contextualization and analysis. The results indicate that the press acted as a mediating instance in the systematization and circulation of knowledge promoted by the State, contributing to the construction of a nationalist narrative and to the legitimation of the cultural policies of the period. It is concluded that the articulation between journalistic coverage and the plan represented an experience of social ordering of knowledge oriented toward political centralization and the shaping of a disciplined national identity.

Keywords: National Book Institute, *Estado Novo*, Social organization of knowledge, Plan for the Dissemination of Bibliographic Works, Cultural policy, *Brazil*.

Resumen

Se analiza la actuación periodística en el Plan de Divulgación de Obras Bibliográficas, elaborado en 1938 por el Instituto Nacional del Libro, con el objetivo de comprender de qué manera los periódicos actuaron como instancia de producción y organización social del conocimiento en Brasil. Se parte de la hipótesis de que los periódicos responsables de la divulgación de las acciones del INL, en articulación complementaria con el Plan, constituyeron un conjunto documental orientado por la racionalidad estatal, en el cual la información y el discurso operaron como mecanismos de legitimación discursiva y de difusión ideológica del proyecto cultural del régimen. La investigación se caracteriza como cualitativa, de naturaleza exploratorio-descriptiva, fundamentada en el método de la investigación documental y anclada en el Análisis Crítico del Discurso, en diálogo con la perspectiva teórica de la Organización Social del Conocimiento. El *corpus* está compuesto por artículos publicados en periódicos de circulación nacional entre 1937 y 1945, consultados en la Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional y en el acervo del Centro de Investigación y Documentación de Historia Contemporánea de Brasil, teniendo el Plan de Divulgación de Obras Bibliográficas como documento complementario de contextualización y análisis. Los resultados indican que la prensa actuó como instancia mediadora en la sistematización y circulación del conocimiento promovido por el Estado, contribuyendo a la construcción de una narrativa nacionalista y a la legitimación de las políticas culturales del período. Se concluye que la articulación entre la cobertura periodística y el plan representó una experiencia de ordenación social del saber orientada por la centralización política y la conformación de una identidad nacional disciplinada.

Palabras clave: Instituto Nacional del Libro, *Estado Novo*, Organización Social del Conocimiento, Plan de Divulgación de Obras Bibliográficas, Política cultural, *Brasil*.

1. Introdução

A relação entre Estado, cultura e conhecimento adquire relevância especial em contextos autoritários, nos quais a produção discursiva e informacional se integra a dispositivos institucionais voltados à centralização política e à estabilização de consensos. Nessas circunstâncias, o conhecimento deixa de ser compreendido apenas como patrimônio intelectual e passa a ser tratado como objeto passível de organização, controle e sistematização, por meio da institucionalização de políticas culturais, da constituição de organismos especializados e da normatização dos processos de produção, organização e circulação da informação.

Nesse sentido, as práticas de produção, circulação e divulgação do livro, em articulação com o campo político e ideológico, caracterizaram, no Brasil do Estado Novo (1937–1945), um momento singular no qual o conhecimento foi submetido a um projeto de ordenação cultural conduzido pelo Estado. Tal processo evidenciou a incorporação do conhecimento a estruturas institucionais responsáveis por sua seleção, organização e difusão com a política vigente. Essa articulação entre concepção e institucionalização pode ser compreendida à luz do pensamento de Hegel ([1837] 2001), segundo o qual o espírito do tempo (*Zeitgeist*) se expressa nas objetivações históricas e nas estruturas organizacionais de cada época, manifestando a forma como uma sociedade produz e organiza a consciência de si mesma e de suas instituições.

O governo de Getúlio Vargas, ao instaurar o Estado Novo, implementou uma política de centralização política e cultural que buscava, conforme observa Parada (2009), disciplinar a sociedade por meio de um modelo de moral e civismo orientado à coesão nacional. Esse modelo fundamentava-se na concepção da cultura como instrumento pedagógico e integrador da identidade brasileira. A criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, representou a institucionalização dessa política, ao atribuir ao Estado a função de selecionar, editar e difundir obras consideradas úteis à formação do chamado “novo homem brasileiro”.

Entre as iniciativas do INL, destacou-se o Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas, elaborado em 1938, por meio do qual se definiram diretrizes normativas para a difusão do livro e da leitura no país. Para além de um instrumento de planejamento editorial, o plano operou como instrumento de organização do conhecimento, ao estabelecer critérios de seleção, ordenação e visibilidade das ações institucionais, contribuindo para a estruturação de uma política cultural de alcance nacional. Nesse arranjo, os jornais integraram-se ao sistema de organização e difusão do conhecimento delineado pelo documento, assumindo a função de instâncias mediadoras responsáveis pela validação, sistematização e circulação pública das informações relativas às iniciativas do Instituto, segundo fluxos informacionais regulados pelo Estado.

A análise das ações do INL no período do Estado Novo demanda sua inserção em um quadro historiográfico mais amplo sobre as políticas educacionais e culturais implementadas pelo regime a partir de 1937. A historiografia tem demonstrado que tais políticas integraram um projeto político autoritário orientado pela centralização administrativa, pela produção de consensos e pela instrumentalização da cultura como mecanismo de ordenação social e legitimação do poder (Gomes, 1996; Pandolfi, 1999; Schwartzman et al., 2000). Nesse contexto, a educação, o livro e a leitura foram concebidos como dispositivos estratégicos de formação moral e cívica, articulados à construção de uma identidade nacional disciplinada. Assim, o INL deve ser compreendido não apenas como um órgão técnico de fomento editorial, mas como parte de um arranjo institucional mais amplo de intervenção estatal sobre a produção, a circulação e a legitimação do conhecimento, em consonância com a ideologia e os objetivos políticos do Estado Novo, conforme já indicado por Capelato (1999) em seus estudos sobre propaganda, cultura e autoritarismo no período.

Com o objetivo de compreender de que modo os jornais atuaram como instâncias de organização, sistematização e difusão do conhecimento no Brasil, analisa-se sua atuação no âmbito do *Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas*. Parte-se da hipótese de que esses veículos, responsáveis pela divulgação das ações do Instituto, em articulação complementar com o referido Plano, constituíram um conjunto documental

estruturado segundo critérios institucionais de seleção, ordenação e circulação da informação, orientados pela racionalidade estatal.

Adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, fundamentada no método da pesquisa documental. O foco empírico concentrou-se na imprensa periódica, compreendida como instância privilegiada de registro, circulação e sistematização das ações do INL no contexto do Estado Novo. O *corpus* constituiu-se de doze matérias jornalísticas e onze fotografias publicadas entre 1937 e 1945 em seis jornais de grande circulação nacional, consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira, com apoio pontual do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

O Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas (1938) foi examinado de forma complementar, em articulação com as ações noticiadas e com as narrativas construídas pelos jornais, com a finalidade de contextualizar institucionalmente os critérios, as diretrizes e as estratégias que orientaram o enquadramento das matérias analisadas. A análise fundamentou-se nos pressupostos da análise crítica do discurso, em diálogo com a perspectiva da OSC o que possibilitou examinar os modos pelos quais os jornais atuaram como instâncias mediadoras na ordenação informacional e discursiva das políticas culturais do período. Desse modo, o artigo buscou refletir sobre o modo como o Estado Novo, ao organizar o livro, a leitura e a informação, estruturou uma forma específica de ordenação social do saber.

O artigo organiza-se em quatro seções, além desta introdução.¹ Inicialmente, apresenta-se o referencial teórico, com destaque para a noção de Organização Social do Conhecimento. Em seguida, analisa-se a inserção do INL no projeto cultural do Estado Novo. Na terceira seção, dedica-se ao exame da atuação da imprensa no Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas, ao passo que as considerações finais sintetizam os resultados e as contribuições do estudo para a compreensão das relações entre Estado, imprensa e organização do conhecimento no período analisado.

2. A organização social do conhecimento

O conceito de organização do conhecimento está estreitamente relacionado à sua aplicação prática, conforme conceituado por Dahlberg (2006), que argumenta que, para que uma ciência seja compreendida teórico-cientificamente, é constitutivo que ela possua tanto seu próprio objeto quanto sua área de aplicação específica. Os conceitos de “conhecimento”, entendido como aquilo conhecido, e “organização”, que delineia sua perspectiva na atividade de construir algo de acordo com um plano predefinido, naturalmente indicam seu objeto e sua respectiva área de atuação.

Observa-se que a OC fundamenta-se na categorização da informação para facilitar a organização do conhecimento comunicado, conforme definido por Hjørland (2008, p. 96), que a descreve como “um campo que consiste em algumas unidades, elementos ou entidades a serem organizadas e algumas relações entre essas unidades, suas relações semânticas e relações bibliográficas”. Isso implica o estabelecimento de estruturas de padronização e sistematização, para atender à necessidade de acesso à informação organizada dentro do domínio do conhecimento científico. Essa perspectiva é apoiada pela afirmação de Dahlberg (1993, p. 214), que define o “conhecimento como informação ordenada e digerida”.

A organização do conhecimento pode ser entendida como uma abordagem orientada pela estruturação sistemática e pela eficiência dos processos de representação do conhecimento e recuperação da informação, buscando estabelecer princípios de consistência, coerência e interoperabilidade entre os sistemas de informação. Essa perspectiva privilegia o desenvolvimento de modelos e linguagens que favorecem a universalização e a padronização dos registros informacionais, com vistas à sua acessibilidade e uso em diferentes contextos.

Em contraste, a OSC enfatiza o caráter contextual, relacional e cultural do conhecimento, compreendendo-o como resultado de práticas, valores e significados socialmente construídos. Nessa perspectiva, a organização

do conhecimento é analisada não apenas como um processo técnico, mas também como uma prática situada, que expressa as condições históricas e discursiva de quem produz, medeia e utiliza a informação.

A diferença fundamental entre as duas abordagens reside, portanto, no enfoque teórico e no escopo de análise: enquanto a organização do conhecimento busca desenvolver instrumentos metodológicos que assegurem a consistência e a interoperabilidade informacional, a OSC propõe uma ampliação desse olhar, incorporando as dimensões sociais, culturais e ideológicas que atravessam os sistemas de classificação e representação.

Os modelos padronizados, como a Classificação Decimal de Dewey, ilustram o esforço da organização do conhecimento em garantir a uniformidade e a previsibilidade da recuperação da informação, ao passo que a organização social do conhecimento propõe refletir sobre como tais estruturas dialogam (ou não) com a diversidade dos contextos sociais e epistemológicos em que o conhecimento é produzido e legitimado.

Hjørland (2007) aponta que a organização social do conhecimento se manifesta “na maneira como o conhecimento é organizado nas instituições de ensino superior e de pesquisa”. Com base nessa avaliação, esclareceu os tipos de organizações sociais, a partir de uma análise que não se limita às instituições produtoras de conhecimento apenas àquelas que fomentam o ensino e a pesquisa. Mas lança-se a interpretação que a sociedade atual atribui e consome em relação às diferentes formas de instituição que surgiram na modernidade que dão significado para determinada comunidade. Como bem pontuado por Berger e Luckmann (2004, p. 68), “a sociedade moderna criou novas instituições especializadas na produção e comunicação de sentido”.

Segundo Hjørland (2008), a OSC envolve um esforço intelectual das instituições para estruturar as especialidades dos agentes que compõem o corpo institucional. Esse processo baseia-se na divisão social do trabalho, que se dedica à produção e à organização de documentos, mantendo-se em interação com os campos de conhecimento e possibilitando a disseminação, percepção e interpretação desses documentos pela sociedade. Por outro lado, a OSC compreende o conhecimento amplamente como um constructo social e, portanto, sua organização deve considerar os valores, interesses e práticas culturais da comunidade ou sociedade na qual está inserida. A OSC aborda como o conhecimento é moldado por dinâmicas sociais, políticas e econômicas, considerando que organização do conhecimento reflete relações de poder, interesses de grupos e a valorização de determinados saberes em detrimento de outros.

Dessa forma, a OSC constitui um referencial analítico adequado para a compreensão do Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas não apenas como um instrumento técnico de difusão editorial, mas como parte de um arranjo institucional mais amplo voltado à ordenação da produção, da circulação e da legitimação do saber no Brasil do Estado Novo. Ao articular diretrizes administrativas, dispositivos comunicacionais e práticas discursivas, o plano insere-se em uma lógica estatal de organização do conhecimento, que se efetiva tanto no plano documental quanto na esfera pública.

Nesse contexto, a imprensa constitui instância relevante ao atuar como instância entre o Estado e a sociedade, conferindo visibilidade, coerência e legitimidade às ações do INL. A análise dessa mediação jornalística permite, portanto, examinar de forma concreta os modos pelos quais a organização do conhecimento proposta pelo Estado se materializou discursivamente, aspecto que orienta a seção seguinte.

3. O INL no projeto cultural do Estado Novo

O Estado Novo buscou formas de influenciar a estrutura social e intervir por meio da supremacia política nas esferas política, cultural e social que alcançava por meio de um modelo de organização moral e cívica da sociedade brasileira que segue a ordem, a obediência à autoridade e a aceitação no vislumbre de sociedade militarizada e com coesão social (Parada, 2009).

Por meio do INL, o intuito de promover os ideais estado-novistas por meio dos livros foi materializado com a criação do Plano de divulgação de obras bibliográficas, em 25 de julho de 1938. Esse plano, demonstra como a

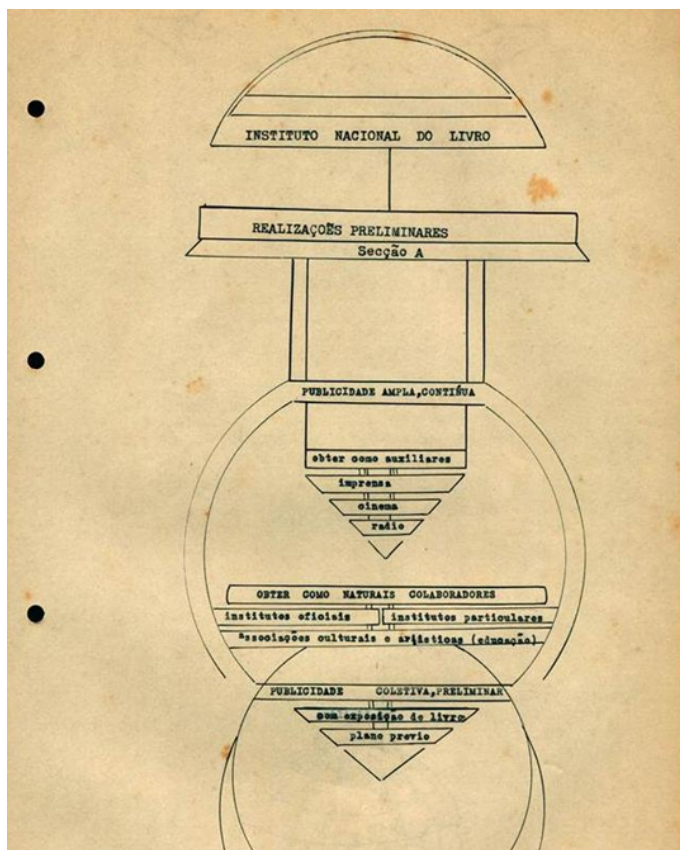
instituição buscou organizar as instituições subordinadas ao INL, administrar os seus colaboradores e as formas de divulgar seus feitos nas mídias durante o período que estavam em ascensão.

Dessa forma, o plano, composto por cerca de 88 folhas, entre inúmeros gráficos, organogramas e planejamentos, estruturavam as formas de propagação dos livros e das bibliotecas no Brasil, bem como as orientações editoriais dos conteúdos que deveriam ir ao público.

Nesse contexto, a Figura 1 apresenta a organização preliminar do INL, para ocorrer a publicidade direta da sua instituição na imprensa, cinema e rádio. Bem como os atos disciplinares que as demais instituições desde oficiais, particulares, e que delineavam em associações culturais e artísticas para corroborar com a publicidade do INL.

Nesse sentido, a área político-institucional no país, assentou-se em um tripé caracterizado por arranjos exacerbadamente consociativos, rigidez institucional e ações disciplinares que cada órgão devesse acompanhar o plano maior nacionalista (D'Araújo, 1999).

Figura 1
Plano geral de divulgação sobre INL



Fonte: Brasil. Ministério da Educação e Saúde (1938b, p. 526).

A existência deste plano geral de divulgação em que se evidencia divulgar os feitos do INL demonstra uma abordagem coordenada da instituição, como organizador, para orientar os seus feitos segundo os princípios estabelecidos pelo governo.

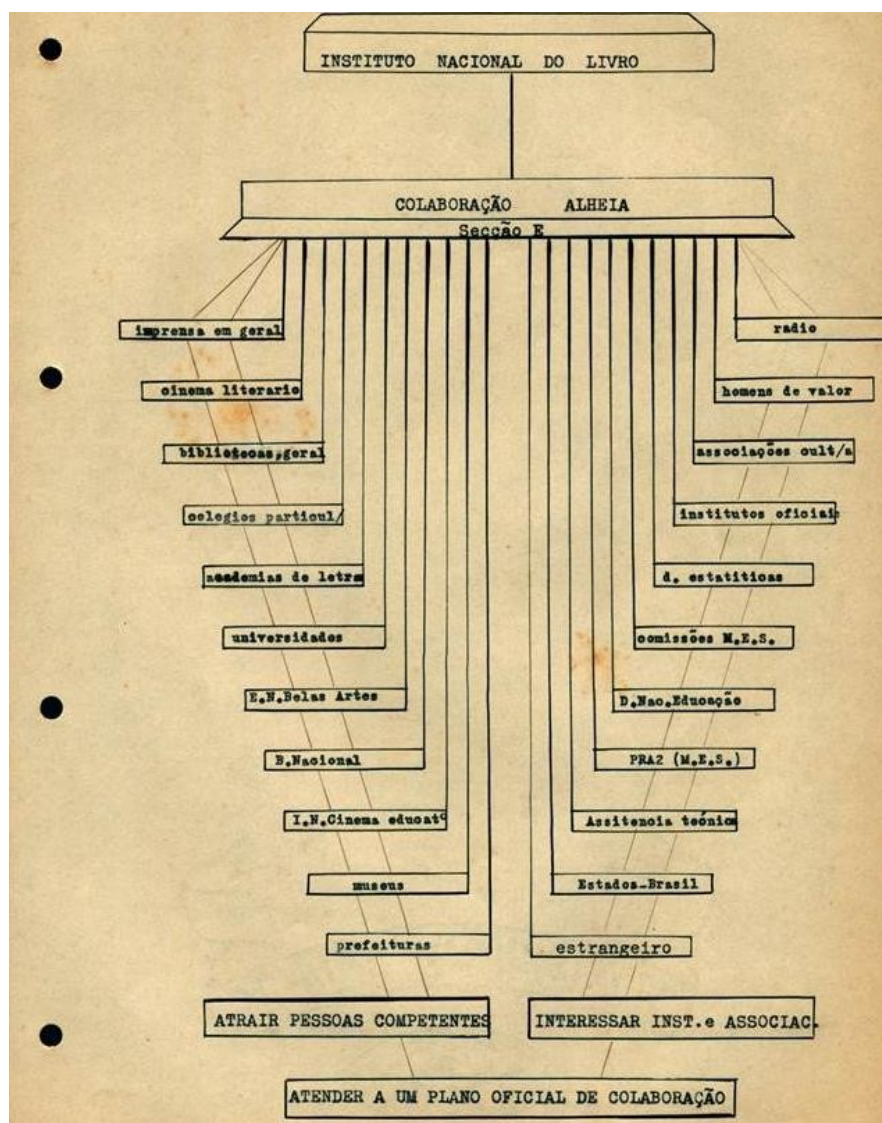
Essa sincronia do INL demonstra não apenas o alinhamento da produção de conhecimento às ideias do Estado Novo, mas também como este processo envolvia uma coordenação estratégica entre diferentes entidades, em que as divisões sociais de cada trabalho deveriam estar em interseção com a cultura, política e produção intelectual durante esse período histórico específico como forma de divulgação do conhecimento.

Em continuidade, observa-se que a publicidade destinada ao INL deveria atingir as massas por meio de veículos midiáticos como a imprensa, o cinema e o rádio, potencializando o alcance e a penetração das ideias propagadas pela instituição.

O Instituto Nacional do Livro deve promover utilizando-se de todos os meios aplicados de publicidade, e se garantindo do prosseguimento de divulgação (...) atenuando ou reforçando tendencias afetivas, a publicidade acaba por despertar a atenção individual, persuadir, suggestionar, conquistar, (Brasil. Ministério da Educação e Saúde, 1938a, p. 12)

É importante observar que as principais instituições destacadas nas primeiras iniciativas de colaboração eram de caráter de mídia de massa, nas quais a imprensa jornalística ocupava posição prioritária, seguida pelo rádio, ambos entre as principais instituições e órgãos responsáveis pela divulgação para o INL. Isso pode ser observado na Figura 2.

Figura 2
Colaboração ao INL



Fonte: Brasil. Ministério da Educação e Saúde (1938b, p. 528).

Com o aumento do número de institutos, agências, conselhos e autarquias, o governo multiplicou os órgãos burocráticos para ampliar sua área de influência. Entre esses setores, passam a figurar empresas jornalísticas. De tal modo, a imprensa jornalística atuou como um dos principais pilares para colaboração administrativa do projeto nacional do INL. Por meio dos jornais que disseminavam ideias, mas também transportavam as narrativas para o mundo através da formulação discursiva e ideológica. As “folhas” acabavam sendo responsáveis pela representação governamental, tornando pública a simbologia e ideologia do nacionalismo e as realizações do Estado Nacional (Barbosa, 2010).

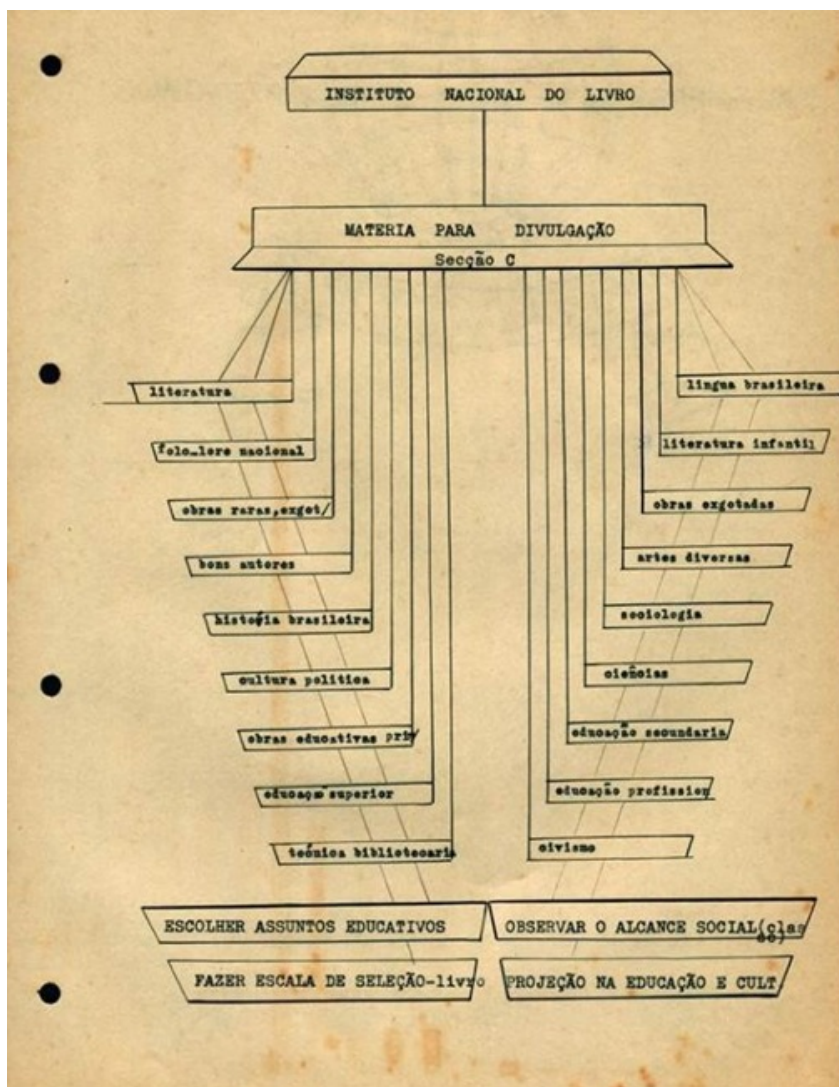
Assim, o jornal, como veículo de formação das convicções dos indivíduos e portador do discurso presente no cotidiano social, fundamenta sua organização editorial em aspectos da linguagem que devem integrar as notícias jornalísticas, obedecendo às diretrizes editoriais impostas pelo governo.

Tais esforços foram direcionados para a promoção de uma cultura política de cunho nacionalista, com ênfase na seleção criteriosa de terminologias relacionadas ao Estado Nacional, visando promover uma compreensão mais abrangente e inclusiva, ou seja, fomentar a criação de uma “terminologia nacional das artes e ofícios” e o “abrasileiramento linguístico nas repercussões nacionais” (Brasil. Ministério da Educação e Saúde, 1938b, p. 8).

Nesse cenário, em que a política ocupava posição central nas atividades públicas, a imprensa impressa desempenhava sua função institucional, operando como instrumento de comunicação pública dentro do Estado. Os periódicos, portanto, eram instados a reproduzir discursos oficiais, a conceder ampla visibilidade às inaugurações e a enfatizar notícias sobre as ações governamentais (Capelato, 1999).

Esse contexto está ilustrado na Figura 3, que representa a organização dos discursos que orientavam o conteúdo das matérias sobre o INL.

Figura 3
Plano geral de divulgação: matéria para divulgação



Fonte: Brasil. Ministério da Educação e Saúde (1938b, p. 533).

Nesse sentido, ao falar sobre o INL as notícias deveriam obedecer a matérias de divulgação que envolvessem o teor de assuntos educativos, em linhas gerais como: a divulgação da literatura brasileira para todas as classes e faixas etárias de idade; a expansão das obras bibliográficas no território nacional e a divulgação de livros que estavam sendo criado e a quantidade que estavam sendo destinados às bibliotecas públicas em todo território brasileiro. Conforme ilustra a Figura 3, é possível observar que há categorias de assuntos organizados que deveriam ser destinados como parte do material de divulgação quando envolvessem o INL.

Assim, a Figura 3 evidencia a racionalidade organizacional do Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas, na medida em que apresenta categorias temáticas previamente definidas para a produção de matérias

jornalísticas. Observa-se, desse modo, que a organização dos conteúdos não se limita à divulgação informativa, mas orienta discursivamente a imprensa quanto aos valores educativos, nacionalistas e culturais a serem enfatizados, o que reforça o papel do jornal como dispositivo de organização social do conhecimento.

Nesse contexto, há uma explicação que consta no plano geral de divulgação, que fala sobre esse direcionamento do papel da imprensa:

A escolha dos assuntos só se pode conseguir de modo vantajoso, si para eles colaborarem todos aqueles que os manejam com aptidão e bom gosto, passando pela alma e inteligência infantis e moças atraindo-as, os assuntos devem procurar atingir a cultura geral do povo ou aperfeiçoando dos mais sábios ou mais artistas. (Brasil. Ministério da Educação e Saúde, 1938b, p. 9)

Desse modo, as folhas dos jornais testemunham o plano de organização social, cabendo à linguagem jornalística em noticiar o INL e causar feitos de projeção de instituição ligada aos planos do Estado. Nesse sentido, os principais jornais do país, passaram a apresentar o INL como um aperfeiçoamento para a cultura brasileira (Barbosa, 2010).

Nesse quadro institucional, a efetivação das diretrizes do INL ocorreu, em grande medida, por meio da atuação sistemática da imprensa periódica, cujos jornais passaram a desempenhar papel importante na divulgação, na ordenação discursiva e na legitimação pública das ações previstas no Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas.

4. O Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas e a ação jornalística

O Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas estruturou um conjunto de diretrizes voltadas à difusão sistemática do livro e da leitura em âmbito nacional, ao definir meios, procedimentos e conteúdo a serem publicizados. Nesse contexto, a imprensa periódica passou a ocupar posição central, uma vez que foi concebida como um dos principais instrumentos de operacionalização do Plano. Assim, por meio da seleção temática das matérias, da recorrência das notícias e da construção de narrativas favoráveis às iniciativas do Instituto, os jornais contribuíram para a ordenação discursiva das ações do INL, o que lhes conferiu coerência, continuidade e legitimidade no espaço público.

Do ponto de vista empírico, a análise fundamenta-se em matérias publicadas nos jornais *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *A Noite*, *A Manhã*, *Diário de Notícias* e *Correio Paulistano*, no período compreendido entre 1937 e 1945. Trata-se, portanto, de periódicos de grande circulação e relevância política no contexto brasileiro os quais, em muitos casos, mantinham relações de alinhamento, colaboração ou apoio explícito às iniciativas do governo Vargas.

Além disso, os jornais ocupam posições diferenciadas no campo jornalístico brasileiro entre as décadas de 1930 e 1940, refletindo orientações editoriais, vínculos institucionais e públicos leitores distintos. Enquanto alguns veículos adotavam uma cobertura mais institucionalizada e laudatória, enfatizando o caráter organizador e civilizatório do INL, outros combinavam a divulgação oficial com registros informativos que reforçavam a centralidade do livro e da leitura no projeto cultural do regime.

A consideração desses perfis editoriais permite compreender que a imprensa atuou não apenas como instância de divulgação, mas também como elemento ativo na OSC, ao sistematizar narrativas, selecionar terminologias e reiterar valores associados à cultura nacional, à educação e ao progresso.

Esse movimento insere-se no contexto político mais amplo do Estado Novo, caracterizado pela centralização administrativa, pela instrumentalização da cultura e pela concepção do conhecimento como recurso estratégico de ordenação social. Ao incorporar e reproduzir os discursos oficiais, a imprensa periódica contribuiu para a consolidação de uma narrativa nacionalista que apresentava o livro, a biblioteca e a leitura como fundamentos da formação moral e cívica da população.

Dessa forma, a seleção desse conjunto de jornais justifica-se pelo papel estratégico que desempenharam na divulgação das ações do INL, na medida em que atuaram como mediadores entre o Estado e o público leitor. Consequentemente, a cobertura jornalística analisada evidencia como a imprensa incorporou e reproduziu os discursos oficiais, contribuindo, assim, para a construção discursiva do INL como instituição central da política cultural do Estado Novo.

Como ilustração desse processo, a Figura 4 apresenta a manchete do jornal *Gazeta de Notícias*, destacada em sua primeira página: “Com o Instituto do Livro, o Estado Novo organiza, em bases magníficas, a cooperação intelectual para a maior expansão e aperfeiçoamento da cultura brasileira” (*Gazeta de Notícias*, 1937, p. 1). Esse destaque, por sua vez, reflete a estratégia do Estado Novo de implementar uma política cultural de caráter nacionalista, voltada à centralização e ao controle da produção cultural no país. Além disso, a referência à criação do INL reforça o propósito do governo Vargas de não apenas incentivar a cultura, mas também de organizá-la de modo sistemático e direcionado. Nesse sentido, tal iniciativa articula-se ao projeto de construção de uma identidade cultural compatível com os ideais do regime, ao projetar um modelo de cultura nacional alinhado aos valores e às metas políticas do Estado Novo.

Figura 4
Gazeta de notícias(1937, p. 1)



Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional (2024).

A *Gazeta de Notícias*, ao apresentar as finalidades do INL, descreve o decreto-lei que institui o instituto. A cobertura realiza-se de maneira pontual, destacando aspectos como “bases magníficas”, “cooperação intelectual” e “aperfeiçoamento da cultura brasileira”, sem, no entanto, aprofundar-se nas especificidades do

aconchego do lar, as agruras do inverno...” (*Jornal do Brasil*, 14 de junho de 1938, p. 15), identifica-se uma valorização da leitura que transcende o lazer, sendo representada como prática de conforto, conhecimento e elevação moral. A expressão “aconchego do lar” sugere um espaço íntimo e familiar, onde o livro atua como refúgio em momentos adversos. O termo “inverno”, nesse contexto, pode ser interpretado tanto literal quanto metaforicamente, simbolizando períodos de crise ou desalento, configurando a leitura como prática restauradora e necessária em tempos difíceis.

Essa construção discursiva articula-se a duas iniciativas de promoção da leitura, denominadas “Cruzada” e “Apostolado”, ambas impregnadas de significativo valor discursivo. A “Cruzada do Livro Nacional”, promovida pela Livraria Moura, e o “Apostolado do Livro Português”, pela Livraria H. Antunes, evocam missões quase sagradas, com propósito evangelizador. A Cruzada do Livro Nacional enfatiza a importância do livro brasileiro no projeto de construção de uma identidade nacional, incentivando a valorização da literatura local. Esse esforço visava não apenas fortalecer o mercado editorial brasileiro, mas também consolidar uma cultura de leitura que valorizasse a produção nacional.

Em contraponto, o Apostolado do Livro Português adota uma postura de preservação cultural, promovendo a literatura portuguesa como elo cultural entre Brasil e Portugal. Essa iniciativa busca manter viva a herança lusitana no Brasil, tratando-a como componente central da identidade cultural nacional. A escolha do termo “apostolado” sugere uma missão de resgate e preservação das tradições literárias portuguesas, reforçando uma conexão cultural transfronteiriça que se integra ao projeto cultural brasileiro. Dessa forma, ambas as iniciativas, ao adotar terminologias de forte apelo discursivo, posicionam o livro como objeto quase sacralizado, digno de promoção e preservação como parte do patrimônio cultural.

A valorização do livro enquanto símbolo ético e crítico é intensificada pela inclusão de versos de Castro Alves, poeta brasileiro de orientação social e abolicionista. Ao destacar a poesia de Castro Alves, o jornal reafirma o papel do livro não apenas como objeto cultural, mas também como veículo de conscientização e transformação social. Os versos do poeta conferem legitimidade à leitura como prática de reflexão e mobilização, conectando o leitor a ideais de justiça e humanidade que transcendem o entretenimento e reforçam a literatura como via para a ação crítica e o engajamento social.

No que se refere à seção “O Livro Nacional”, observa-se a atribuição de importância ao livro como elemento de identidade e educa na sociedade brasileira. Nesta seção, os intelectuais Dr. Oscar Fernandes Mauro e Dr. Joaquim Ferreira Coelho, retratados formalmente, destacam-se como autoridades culturais e defensores de um projeto nacional que vê o livro como instrumento de elevação social. Essa representação reflete um discurso paternalista, em que os intelectuais são posicionados como guias, encarregados de oferecer cultura e saber à população, considerados essenciais para a construção de uma sociedade mais instruída e coesa.

Os enunciados do jornal, desse modo, constroem a imagem do livro como objeto de múltiplos significados: fonte de conforto, conhecimento, identidade e elevação moral. O discurso nacionalista exalta o livro brasileiro como símbolo de identidade, enquanto a literatura portuguesa é preservada como herança cultural. Essas relações alinham-se a um projeto de formação de uma sociedade culturalmente consciente, onde a leitura é compreendida como meio para alcançar o ideal de nação.

Essa narrativa, além de informativa, é convocatória, convidando o leitor a engajar-se num projeto de valorização e preservação cultural. Paralelamente, o livro é elevado a um status simbólico, e o intelectual é valorizado como figura indispensável para guiar esse processo de construção cultural, reafirmando o conhecimento como privilégio e responsabilidade compartilhada entre sociedade e elites intelectuais.

A relação entre o livro e os destacados intelectuais brasileiros caracterizava-se por uma simbiose determinante para a difusão do conhecimento sobre o INL. No contexto das publicações impressas, renomados intelectuais mobilizavam suas produções literárias para expandir o alcance e a influência da instituição.

O discurso veiculado com destaque para publicação do jornal da *A Noite*, evidencia uma colaboração estratégica entre a imprensa e os intelectuais no intuito de consolidar o movimento de valorização da cultura

brasileira. Esses literatos não se limitavam à contribuição de textos e ideias; eles desempenhavam um papel ativo na construção de uma imagem do Brasil voltada para o fortalecimento da identidade nacional. Na edição de 9 de outubro de 1940 do jornal *A Noite*, por exemplo, oferece um exemplo significativo desse processo ao exibir, em sua primeira página (Figura 6), uma imagem de Mário de Andrade, vinculando-o diretamente às iniciativas do INL, instituição central na promoção cultural da época.

O jornal não apenas informa sobre a criação da Enciclopédia Brasileira, idealizada por Andrade, mas também a descreve como uma “grandiosa obra”, em um tom de exaltação que reforça o impacto esperado dessa iniciativa na sistematização do conhecimento nacional. Esse tratamento do projeto no discurso jornalístico sugere uma intenção de engrandecer o papel do INL e de Mário de Andrade, quase como se buscasse legitimar essa empreitada cultural perante o público. Ao destacar o termo “impressões” para descrever a captura das especificidades da cultura brasileira, o jornal posiciona o projeto como um esforço autêntico e pessoal, alinhado aos valores nacionalistas que permeavam o contexto histórico.

Figura 6

A Noite (9 de outubro de 1940, p. 1)



Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional (2024).

Além disso, o vínculo entre o INL e as “bibliotecas municipais” reflete a visão de Andrade sobre a “democratização do conhecimento”, ao considerar essas bibliotecas para a formação cultural. Essa perspectiva é corroborada pelo discurso jornalístico ao posicionar o INL como uma instituição encarregada de ampliar o acesso ao conhecimento, perpetuando uma missão educativa que reforça a identidade cultural brasileira.

Nesse sentido, o discurso presente no fragmento de *A Noite* constrói uma narrativa em que a cultura é tratada como patrimônio a ser preservado e difundido, em um esforço coletivo de valorização da brasilidade. Um exemplo significativo dessa participação é a entrevista concedida também por Mário de Andrade ao jornal *A Noite*, na qual ele examina a relevância do INL para a literatura e a cultura brasileiras, defendendo a valorização e a promoção do livro e da leitura como fundamentos essenciais para o desenvolvimento cultural do país.

Assim que entrei para o instituto nacional do livro- disse nos- fui incumbido, como consultor técnico da Enciclopédia Brasileira, de elaborar o anteprojeto. Ouvi preliminarmente a opinião do Ministro Gustavo Capanema para obter dados objetivos que me permitissem fazer um plano segundo os interesses e possibilidades práticas do país. (*A Noite*, 9 outubro de 1940, p. 2)

A proposta da Enciclopédia Brasileira deveria estar voltada para a sua popularização. Nesse sentido, como parte do projeto político do Estado Novo, que visava a comunicação com as massas populares, destacava-se a necessidade de cultivar bibliotecas e expandir obras bibliográficas acessíveis à população em geral. Esse objetivo implicava que a enciclopédia não fosse destinada exclusivamente ao ‘homem culto’, mas também ao “operário da rua”.

Mário de Andrade esclareceu essa perspectiva ao afirmar que “a Enciclopédia Brasileira não deve servir apenas aos homens cultos do país, que, além de serem minoria, sabem sempre uma ou várias línguas estrangeiras. Esses podem servir das enciclopédias brasileiras” (*A Noite*, 9 outubro 1940, p. 2). No entanto, é por meio dos verbetes que a Enciclopédia poderia desempenhar seu papel de alcançar as classes populares, oferecendo informações acessíveis e adaptadas ao público geral. Esse recurso permitiria que o conhecimento fosse transmitido de forma simplificada e direta, atendendo ao objetivo de popularizar o saber e de expandir a educação para além das elites cultas, “democratizando o acesso ao conhecimento” e promovendo a “inclusão cultural das camadas menos favorecidas”.

Daí o caráter especial que produz para os grandes verbetes. Se todos os verbetes devem ser vazados em linguagem simples, evitando o excesso de especialização como conseguem a Enciclopédia Britânica e a Brockhaus Alemã, que junto à Italiana foram meus exemplos favoritos, propus que os assuntos de possível valorização prática e econômica, para as classes de pequena cultura, fossem ao mais possível um instrumento útil a essas classes. Quero dizer: os verbetes sobre Carpintaria ou Galináceos devem constituir verdadeiros manuais do carpinteiro, ou do criador de granjas. (*A Noite*, 9 outubro de 1940, p. 2)

Nesse contexto de popularização da cultura, houve uma notável expansão das bibliotecas públicas e do fornecimento de livros cuidadosamente selecionados, que melhor poderiam atender aos interesses culturais da população. Esse movimento passou a ser noticiado nos jornais, destacando as iniciativas do INL, que “com o apoio decisivo que vem dando à criação de bibliotecas em todo o território nacional, com o fornecimento mensal de um certo número de livros, cuidadosamente escolhidos para nossa cultura, figura entre os empreendimentos culturais de maior vulto do Instituto” (*Correio Paulistano*, 22 de dezembro, 1940, p. 14).

No *Correio Paulistano* (Figura 7), registra-se que a distribuição de livros pelo INL com o objetivo abranger todo o território nacional. Observa-se que setecentas bibliotecas brasileiras recebem apoio desse programa, com a distribuição de “4.810 volumes” apenas no estado de São Paulo.

Figura 7

Correio Paulistano (22 dezembro de 1940, p. 14)

Setecentas bibliothecas brasileiras recebem auxilio do Instituto Nacional do Livro

Sobre as finalidades daquela instituição, fala ao "Correio Paulistano" o sr. dr. Americo Facó — 4.810 volumes já foram distribuídos em São Paulo — Impressões do chefe da Secção da Encyclopædia e do Dicionario, do I.N.L., sobre nossa capital e a primeira mostra commemorativa da descoberta de Guttenberg — Varias

A realização da Primeira Exposição Nacional do Livro e das Artes Gráficas proporcionou a São Paulo, a alegria e o desenvolvimento de honras e honras pessoais de destaque nos meios culturais, jornalísticos e sociais de todo o país, aqui vindos para assistir à inauguração do certame patrocinado pela Universidade do novo Estado.

E, dentre os que com essa finalidade vieram à nossa capital, destaca-se o sr. dr. Americo Facó, antigo e brilhante confrade da imprensa, chefe da secção da Encyclopædia e do Dicionario do Instituto Nacional do Livro, actualmente respondendo pelo expediente daquela instituição, no impedimento temporário do seu director efectivo, dr. Augusto Maia. Conforme é sabido, conta a mostra de um realce na Sala dos Espelhos do Cine "Odéon", com o patrocínio, além de outras entidades culturais do Brasil, com as do Ministério da Educação e do Instituto Nacional do Livro; na impossibilidade, porém, de salafar o seu desejo de tomar parte, pessoalmente, na cerimonia ante-homem verificada na casa de diversos da rua Consolação, o sr. dr. Gustavo Chacabarro, illustre titular da pasta da Educação, legou poderes ao sr. dr. Americo Facó, para representá-lo naquele acto inaugural. Esse o motivo de termos, entre nós, a figura sympathica e atrahente do dr. Americo Facó, que, aliás, é grande amigo e admirador de São Paulo, sentimentos que teve oportunidade de expandir durante a sua fulgurante carreira jornalística.

Montem, á noite, o nosso illustre hospede, em companhia do brilhante escriptor e nosso benemérito confrade, dr. Jerme Adour da Camara, distingu a redacção do "Correio Paulistano" com agradável visita. E, della se aproveitou um dos nossos redactores, para ouvir do distincto visitante, que a todos nós encunha pela fluencia da sua aprimorada prosa e pela sua extremada fidelidade de trabo, suas impressões sobre a Primeira Exposição Nacional do Livro e das Artes Gráficas, bem como sobre as finalidades do Instituto Nacional do Livro, do qual s. a. é actualmente, director interino. Sciante do nosso desejo, o sr. dr. Americo Facó a elle atendeu plenamente. E a lareira nossa foi grandemente facilitada, pois, tratando-se de um entrevistado que durante muitos annos militou na imprensa, o que fizemos, unicamente, foi anotar as suas palavras.

"O PROGRESSO DE SÃO PAULO SURPREENDE"

De início, fala-nos o sr. dr. Americo Facó da criação e da alegria com que revia novamente São Paulo, após uma ausencia de 9 annos. Record a ultima vez que aqui estivera, em 1931, quando "Martinho" era a atracção maxima do celebre Casarão São Paulo, ao hon



O sr. dr. Americo Facó quando falava ao redactor do "Correio Paulistano".

IMPRESSIONES SOBRE A EXPOSIÇÃO

Entre depois, o nosso entrevistado, directamente, no assumpto sobre o qual o abordamos. E, nos diz:

"Ninguém, de toda fé, poderá negar o brilho incontestavel do certame patrocinado pela Universidade de São Paulo. Minha impressão é a melhor possível. As mostras retrospectivas, a parte referente á bibliographia e a que diz respeito aos maximsimos de composiçao e de impressao, a concepção das principais casas editoras de São Paulo e do Rio, tudo concorreu para que, preenchendo as suas finalidades, a Primeira Exposição Nacional do Livro e das Artes Gráficas se tornasse o mais condigno dos tributos de reverencia e admiração á Guttenberg, e a mais brilhante das comemorações do "Dia da Imprensa".

Devemos accentuar, tambem, a contribuição, valiosa e indispensavel da imprensa brasileira para o exito do empreendimento da Universidade de São Paulo. Os jornaes desta capital estão em nível de equalidade, em todos os retores, com os do Rio de Janeiro. Seus "atares", na mostra do Cine "Odéon", são atestados eloquentes do que affirmo. E foi com grata emoção, placcamente e confuso, que li, na Exposição, o primeiro numero do "Correio Paulistano", o decano da imprensa de São Paulo, jornal pelo qual tenho especial predilecção".

FINALIDADES DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

Depois de outras considerações sobre o certame ante-hontem inaugurado, faz o sr. dr. Americo Facó uma pausa. O in-

stituto Chacabarro, nos quaes" deve sua criação e seu funcionamento, o "I. N. L." conta ampliar cada vez mais os esforços continuos que vem realizando para a diffusão do livro, e da cultura bem orientada, no Brasil.

Al projecto da Encyclopædia e do Dicionario, cuja realisação por si só recomendaria o Instituto, cabe acrescentar o trabalho desenvolvido até aqui e o que será levado a effeito no sentido da publicação de obras de valor cultural.

Entre essas, convém lembrar a projecto da "Coleção Popular Brasileira", cujo plano abrange por enguanto cerca de cento e vinte volumes, e que constituirá um repertorio amplo de toda a litteratura brasileira, desde o periodo colonial.

Todas as obras de alguma importancia litteraria, desde o primeiro século, terão abrigio nessa serie, devendo ser vendidas cada volume a preço modico, que não excederá de 20000, de accordo com os calculos realistas.

Al lado dessa collecção, destinada sobretudo ao grande publico, serão divulgadas, com apparato critico, obras completas dos grandes autores brasileiros, assim como obras raras, cujo lançamento não possa ser feito com vantagens materiaes por editores particulares.

JURAMENTO DO NOVO PRESIDENTE FINLANDEZ

Disse o Presidente recém-eleito que a reconstrução do Estado será realizada com energia

Como elementos necessários aos trabalhos do Dicionario da lingua nacional, foi organizada tambem, e já se acha em andamento, a publicação de varios livros da idade archaica e classica que possam servir de fonte para novos estudos, bem como algumas obras lexicographicas que sejam um dicionario do prof. Augusto Maia e outro, de "brasileirismos" do ministro Alarcão Silveira.

E a encyclopædia, cujo plano prevê a publicação inicial de dois a dois volumes, terá a collaboração de especialistas autorizados.

Tal como se acha organizado, o Instituto Nacional do Livro consta de tres secções, a saber: a da Encyclopædia e do Dicionario, a das Publicações e a de Bibliothecas. Tendo-se em consideração que essas secções foram organizadas e completadas ha pouco mais de um anno, não se poderia esperar mais, nem melhor, do que o resultado que representa, dando já, uma das boas realizações do Estado novo.

DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS PELO "I. N. L."

"Melhor do que palavras, falam os numeros — prosegue o sr. dr. Americo Facó. Assim, vejamos o total dos livros até agora distribuídos pelo Instituto Nacional do Livro:

De setembro de 1938 a novembro de 1940, cerca de 20.000 livros, adquiridos por nós de editores do Ministerio da Educação, foram distribuídos pelas bibliothecas municipais e outras instituições nacionais e estrangeiras.

Referindo-se, especialmente, ao seu Estado, nesse periodo de tempo, realizamos o seguinte movimento: Total de livros distribuídos pelo Estado: 3.318. A's Bibliothecas Municipaes de São Paulo, Piracicaba, Rio Claro, Santos, B. Carlos, Ourattinguê e Jacarehy, 808. A's 112 bibliothecas em geral, 1861. A's particulares, 22, e á diversas instituições, 38.

Em 1939, distribuímos, em São Paulo, 892 volumes.

Por seus dados, facil á verificar-se de que vem o Instituto Nacional do Livro justificando, plenamente, a sua criação. E o apoio do governo e a certeza de virmos cunhando, rigorosamente, as nossas obras, é o melhor das premios a que poderíamos aspirar".

Com essas palavras, despediu-se o sr. dr. Americo Facó do nosso redactor, collocando-se á nossa disposição, e á dos seus amigos de São Paulo, no Hotel São Bento, onde se encontra hospedado e, na capital da Republica, no Instituto Nacional do Livro.

Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional (2024).

A expansão das bibliotecas públicas e a distribuição de livros para o interior dos municípios brasileiros, com as respectivas quantidades, destacam-se entre as principais notícias da imprensa ao reconhecer as realizações do INL. Nesse contexto, as reportagens jornalísticas ressaltam o papel das ações publicitárias como um fator significativo para o crescimento do INL.

Exemplos desse reconhecimento podem ser observados em matérias como as publicadas no jornal A Manhã, que enfatiza: "o Instituto Nacional do Livro é uma das nossas instituições culturais, essencialmente de realização e difusão, que mais tem vivido a publicidade" (A Manhã, 9 de agosto de 1941, p. 19). Desse modo, o

engrandecimento do INL fundamenta-se na relação com as bibliotecas e na criação e expansão de novas obras bibliográficas, voltadas para a “nação patriótica”, conforme frequentemente mencionado nas notícias.

Figura 8
A Manhã (9 agosto 1941, p. 19)

Livros, publicações e bibliotecas populares

O dr. Augusto Meyer, em palestra com um redator de “A Manhã”, refere coisas verdadeiramente interessantes a respeito do Instituto Nacional do Livro, de que é o diretor

O Instituto Nacional do Livro, é uma das nossas instituições culturais, essencialmente de realização e difusão, que mais tem vivido à margem da publicidade. Há mesmo, até, entre as nossas “élites”, quem lhe desconheça os verdadeiros fins e, em geral, ignora-se a sua organização. Entretanto, quem se der ao trabalho de subir ao terceiro andar da Biblioteca Nacional, ali na praça Floriano Peixoto, poderá verificar que um grupo de rapazes ilustrados e competíssimos se entrega de corpo e alma a uma tarefa que reputamos de maior seriedade para a vida da inteligência da nossa pátria e de incalculável alcance para a formação mental da nossa juventude. O I. N. L. existe desde dezembro de 1937, por decreto governamental e a sua frente foi colocada, para dirigir-lo, uma das cerebros da moderna geração de escritores — Augusto Meyer — de notável aptidão criadora, sob o duplo aspecto material e espiritual, e que já enriqueceu a nossa literatura com numerosas obras de poesia, crítica, sociológica, etc.

O labor silencioso mas construtivo daquele departamento do nosso mundo educacional, de que possuímos as melhores notícias, induziu-nos a procurar o seu dirigente e ouvi-lo a respeito das atividades e do que pretende desenvolver para o futuro. Fomos surpreendê-lo em plena tarefa, cercado de interessantíssimos documentos, a examinar estatísticas, a estudar relatórios e a coleccionar cifras. O sr. Augusto Meyer entra pela noite adentro, colado à sua banca, na ansia de resolver o maior problema possível os problemas que tem em vista.

O QUE É O I.N.L.

Por último, temos a Secção das Bibliotecas, em cuja tarefa de ampliação e disseminação se empenha com patriótico ardor, neste momento, o sr. Augusto Meyer. Ela atirou-se a esta realização com singular senso de objetividade e vislumbrou desde logo o seu alcance social.

Por isso, a secção das Bibliotecas incentiva a fundação e auxilia a manutenção de bibliotecas em todo o território nacional e a criação de bibliotecas populares, especialmente nas sedes dos municípios, promove o registro das bibliotecas públicas e privadas, subordinadas a repartições oficiais ou mantidas por associações particulares, para o devido controle da subvenção e assistência técnica do Instituto, entretendo com as mesmas correspondência permanente, concede subvenção por meio de doação regular de livros especialmente adquiridos, de publicações oficiais às bibliotecas públicas registradas e doação de publicações oficiais às bibliotecas privadas e fornecer-lhe assistência técnica permanente, por meio de correspondência regular ou de publicações técnicas e criando simultaneamente um serviço de inspecção regional.

ASPECTOS E CONDIÇÕES DAS BIBLIOTECAS DO PAÍS

Pela primeira vez, entre nós, um órgão de publicidade retrata, com tanta amplitude, o panorama do I.N.L. Assim, desejamos também que o sr. Augusto Meyer concedesse a *A MANHÃ* a primazia de algumas informações concretas a respeito dos serviços relativos às bibliotecas.

Com a gentileza que o caracteriza, o crítico de Machado de Assis pôs-se à nossa vontade:

— Afim de conhecer os diferentes aspectos e condições das bibliotecas do país — principiou o sr. Augusto

Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional (2024).

Nesse contexto, a notícia veiculada pelo jornal *Correio da Manhã* destaca que o interesse pelos livros é compartilhado por todos os brasileiros, afirmando que “não é só o jornal que se pede emprestado na roça; os livros também. [...] verifica-se que há verdadeira fome de leitura em todos os municípios do Brasil.” (*Correio da Manhã*, 16 de junho de 1943, p. 4).

Esse pequeno trecho ilustra, de forma poética, como cada jornal reportava as atividades do INL. Pela regularidade com que era mencionado, observa-se que os jornais enfatizavam e reconheciam o papel do INL na promoção e expansão de bibliotecas e na circulação de livros em todo o território nacional. Conforme descrito no jornal, as notícias eram apresentadas por meio de pequenas notas informativas, que divulgavam a quantidade de obras distribuídas para diversas regiões do território nacional, incluindo pequenos municípios contemplados nas ações.

Em alguns casos, as publicações também traziam reportagens de destaque sobre o INL, acompanhadas de fotografias que retratavam a rotina do instituto ou apresentavam entrevistas com autoridades representativas do INL, abordando suas iniciativas.

A Figura 9 enfatiza o compromisso do INL em atender ao desejo popular de acesso aos livros, destacando a distribuição gratuita de 215 mil volumes destinados ao interior dos municípios. A imagem mostra duas funcionárias do INL organizando fichas catalográficas na seção de bibliotecas, simbolizando o empenho do instituto em facilitar o acesso à leitura.

Figura 9

Correio da Manhã (16 junho de 1943, p. 4)



Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional (2024).

Conforme apresentado na Figura 10 a seguir, extraída do jornal A Manhã (RJ), de 9 de agosto de 1941, a notícia destaca uma entrevista de Augusto Meyer a uma redatora do referido periódico, na qual ele comenta aspectos “verdadeiramente interessantes a respeito do Instituto Nacional do Livro, do qual é o diretor” (*A Manhã*, 9 de agosto de 1941, p. 19). Na entrevista, enfatiza-se a relevância da bibliografia brasileira para o desenvolvimento da vida intelectual do país, com destaque para as obras de autores como Machado de Assis, Gonçalves Dias, Capistrano de Abreu e Manuel Antônio de Almeida.

Figura 10
A Manhã (28 de março de 1943, p. 3)

O que o Instituto Nacional do Livro já realizou pela cultura brasileira

DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA — OBRAS POPULARES E DE CARÁTER DOCUMENTAL — FALA A “A MANHÃ”, O SENHOR AUGUSTO MEYER

NINGUEM DESCONHECE A VALIOSA CONTRIBUIÇÃO que vem sendo proporcionada à cultura brasileira pelo Instituto Nacional do Livro, cuja atuação tem sido altamente proveitosa. A difusão do livro, o enriquecimento bibliográfico das bibliotecas e das estantes particulares tem sido feito, pelo Instituto, de maneira silenciosa, mas segura e eficiente. O seu largo programa de realizações vem sendo cumprido rigorosamente dentro dos planos traçados, ano após ano, num esforço construtivo, digno da maior admiração. O quadro de sua produção em 1942, por exemplo, é demais expressivo, razão pela qual nos abalancamos a ouvir o diretor da modelar organização, o sr. Augusto Meyer, antigo diretor da Biblioteca Pública de Porto Alegre, e figura de grande destaque na moderna geração. Não se demorou o sr. Augusto Meyer a atender-nos, assim falando à nossa redatora:



O dr. Augusto Meyer quando falava à nossa redatora

A BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA

Desde o início de suas atividades, em meados de 1939, — disse o dr. Augusto Meyer — o Instituto Nacional do Livro, por intermédio de sua seção de Publicações, procurou realizar um programa de obras de caráter sobretudo bibliográfico, preenchendo desse modo, uma lacuna sensível em nossa vida intelectual. Entre os trabalhos que publicou nesse modo e que se venderão a preço módico — 3 ou 4 cruzeiros no máximo — essa coleção tem a ambição de fornecer a um público numeroso um verdadeiro instrumento de cultura. Sem aparato crítico, os textos da coleção tem, não obstante, verdadeiro cunho documental, pois embora adaptados à moderna ortografia, são organizados de acordo com edições autorizadas. Pela necessidade de uma ordenação sistemática, preparou-se inicialmente de Carlos Rubens e a da “Dominação Holandesa no Brasil” de José Honório Rodrigues. A partir do ano passado, a Seção de Publicações, dotada para esse fim de maiores recursos, pode ampliar consideravelmente seu programa, de modo a abranger ao lado das bibliografias, diversas outras obras de grande valor cultural. Um dos resultados dessa orientação foi a publicação do 3.º e 4.º volumes da monumental “História da Companhia

Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional (2024).

O diretor Augusto Meyer destaca a iniciativa de estabelecer bibliotecas populares brasileiras como uma resposta à necessidade e à aspiração de oferecer a um público amplo o acesso a livros que constituem um verdadeiro instrumento de cultura, além de refletirem fielmente o desenvolvimento da literatura brasileira desde o período colonial.

Assim, o jornal informa que:

Ninguém desconhece a valiosa contribuição que vem sendo proporcionada à cultura brasileira pelo Instituto Nacional do Livro, cuja atividade em relação ao meio editorial não tem parado de expandir-se. O enriquecimento bibliográfico das bibliotecas e as tentativas particulares nesse sentido pelo Instituto, especialmente desde 1939, atingem hoje uma fase de importância nacional, enquanto muitos dos próprios autores brasileiros revelam-se, ao mesmo tempo, como organizadores de grandes obras em colaboração. É disso um exemplo o trabalho bibliográfico desenvolvido em 1942, por exemplo, à maneira expressiva, razão pela qual nos adiantamos a ouvir o diretor da moderna repartição, o Dr. Augusto Meyer, antigo diretor da Biblioteca Pública de Porto Alegre, e figura de grande destaque na moderna imprensa. Não se demorou o sr. Augusto Meyer a atender-nos, assim falando à nossa redação. (*A manhã*, 23 março, 1943, p. 3)

Um trecho publicado no jornal *A Manhã* em 1943, na coluna “A Bibliografia Brasileira” assinada por Augusto Meyer, então diretor do INL, apresenta uma perspectiva idealista e nacionalista. Na retórica utilizada por Meyer, ele ressalta o valor das obras publicadas pelo INL, destacando autores e textos específicos - entre eles, as contribuições de Carlos Rubens e José Honório Rodrigues - que ilustram o papel do Instituto na preservação da história literária do Brasil e na promoção de estudos que abordam temas de relevância histórica e cultural, como exemplificado pela obra *Dominação Holandesa no Brasil*.

Nesse contexto, Meyer apresenta o INL como uma instituição de vanguarda na organização e valorização da produção literária nacional, desempenhando o papel de agente cultural que promove uma narrativa de progresso e desenvolvimento no campo da cultura brasileira. Ele descreve: “Desde sua fundação em 1939, o Instituto é comprometido com a estruturação e enriquecimento da bibliografia brasileira” (*A Manhã*, 23 de março de 1943, p. 3). Assim, vem construindo em sua retórica a imagem do INL como um ator central na promoção da identidade e integração cultural no Brasil, dedicado à preservação e disseminação do patrimônio literário.

Figura 11
A Noite (10 setembro de 1944, p. 3)



Fonte: Hemeroteca digital Biblioteca Nacional (2024).

A Figura 11 ilustra o diretor do INL, Augusto Meyer, em um momento histórico significativo ocorrido em 1943, durante o qual são fornecidas informações ao redator do jornal *A Noite* sobre as atividades realizadas pelo INL. Destacam-se, entre essas atividades, a distribuição gratuita de livros para bibliotecas públicas e os esforços empreendidos ao longo de 30 anos para a elaboração de um dicionário popular brasileiro. A cultura para o alcance do povo, foi uma das principais motivações quando se trata da política do INL. A facilitação da leitura para todos, visibiliza o intuito do engrandecimento nacional, por meio das obras bibliográficas. Essa difusão não apenas pelas bibliotecas públicas, mas também visando o barateamento do livro.

Enquanto a imprensa, em colaboração com o INL, organizava o plano de divulgação, o Instituto, inserido em uma estrutura administrativa e organizacional vinculada ao governo do Estado Novo, estabelecia normas rigorosas para a produção e disseminação do conhecimento. Esse processo incluía a publicação de documentos bibliográficos oficiais, cuja função estava alinhada com as diretrizes de um Estado burocrático, ao oferecer subsídios para decisões governamentais (Gugliotta et al., 2017).

Essas publicações, portanto, atuavam como instrumentos estratégicos na construção de uma narrativa oficial, contribuindo para a legitimação e promoção dos objetivos ideológicos do Estado. A finalidade desses documentos ultrapassava a simples disseminação de conhecimento, consolidando-se como um mecanismo de fortalecimento do controle estatal e de formação de uma memória institucional projetada para servir aos interesses políticos vigentes.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite compreender o Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas e sua repercussão na imprensa periódica como uma experiência historicamente situada de OSC articulada às racionalidades políticas e administrativas do Estado Novo. Nesse sentido, evidenciou-se que a

atuação do INL não se restringiu a funções técnicas de fomento editorial ou de ampliação do acesso ao livro, mas integrou um arranjo institucional mais amplo, no qual o conhecimento foi concebido como objeto de planejamento, ordenação e legitimação no espaço público.

O INL, em articulação com a imprensa periódica, desempenhou papel central nesse processo, ao estabelecer diretrizes, categorias temáticas e padrões discursivos que orientaram a circulação pública do saber. À luz da OSC verificou-se que o plano operou como um dispositivo normativo capaz de estruturar critérios de seleção temática, hierarquização de conteúdos e definição de fluxos de circulação informacional, mobilizando a imprensa como instância mediadora fundamental. Desse modo, os jornais, ao incorporarem e reproduzirem as diretrizes do INL, contribuíram para a sistematização discursiva das ações estatais, conferindo-lhes coerência, continuidade e visibilidade social. Nesse processo, a organização do conhecimento manifestou-se não apenas em instrumentos documentais ou administrativos, mas também nas formas narrativas, terminológicas e discursivas por meio das quais o saber foi apresentado, valorizado e legitimado.

Os resultados obtidos indicam, ainda, que a imprensa atuou como elemento constitutivo da própria arquitetura organizacional do Plano, participando ativamente da produção de sentidos sobre o livro, a leitura, as bibliotecas e os intelectuais. Tal atuação reforça a compreensão, própria da perspectiva da OSC de que os sistemas de organização não se esgotam em classificações formais ou em estruturas técnicas, mas se realizam nas práticas institucionais, nos discursos públicos e nas relações de poder que definem o que deve ser conhecido, difundido e preservado.

Nessa direção, o estudo evidencia a pertinência de distinguir, sem dissociar, a organização do conhecimento em sua acepção técnico-metodológica e a organização social do conhecimento enquanto abordagem analítica voltada à compreensão dos contextos históricos, políticos e culturais que moldam a produção e a circulação do saber. O caso do INL demonstra, assim, que a organização do conhecimento, quando inscrita em projetos estatais de centralização e disciplinamento, assume função estratégica na construção de consensos, na definição de identidades coletivas e na naturalização de determinadas narrativas como expressão do interesse nacional.

Por fim, considera-se que a abordagem adotada contribui para ampliar o debate no campo da Organização do Conhecimento, ao evidenciar a necessidade de incorporar a análise das mediações institucionais e discursivas como dimensão constitutiva dos processos organizacionais. Ao compreender o Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas e a ação jornalística como parte de uma experiência de ordenação social do saber, o artigo reforça a relevância de investigações que situem historicamente os dispositivos de organização do conhecimento, reconhecendo-os como práticas sociais atravessadas por valores, interesses e projetos políticos. Tal perspectiva oferece subsídios teóricos e metodológicos para análises futuras sobre políticas culturais, instituições informacionais e o papel dos jornais na configuração dos regimes de visibilidade e legitimidade do conhecimento.

Fontes documentais

A Manhã. (1941, 9 de agosto). Livros, publicações e bibliotecas populares. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/116408/12020>

A Manhã. (1943, 28 de março). O que o Instituto Nacional do Livro já realizou pela *cultura brasileira*. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/116408/18988>

A Noite. (1940, 9 de outubro). Enciclopédia brasileira para o Brasil. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/348970_04/5013

A Noite. (1944, 10 de setembro). A cultura ao alcance do povo. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/348970_04/29173

Brasil. Ministério da Educação e Saúde. (1938a). *Colaboração ao Instituto Nacional do Livro*. Ministério da Educação e Saúde Pública. https://docvirt.com/docreader.net/arq_gc_g/6079

Brasil. Ministério da Educação e Saúde. (1938b). *Plano de divulgação de obras para o Instituto Nacional do Livro*. Ministério da Educação e Saúde Pública. https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/6029

Correio da Manhã. (1940, 22 de dezembro). Incentivando a criação de bibliotecas no interior do país. http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_05/4490

Correio da Manhã. (1943, 16 de junho). O interesse pelo livro no Brasil. http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_05/16398

Gazeta de Notícias. (1937, 23 de dezembro). Com o Instituto do Livro, o Estado Novo organiza, em bases magníficas, a cooperação intelectual, para maior expansão e aperfeiçoamento da cultura brasileira. http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_06/15312

Jornal do Brasil. (1937, 14 de junho). Cruzada do livro nacional. http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_06/15312

Referências

- Barbosa, M. (2010). *História cultural da imprensa: Brasil – 1800–1900*. Mauad X.
- Berger, P. & Luckmann, T. (2004). *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Vozes.
- Capelato, M. H. R. (1999). Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In D. Pandolfi (Org.), *Repensando o Estado Novo* (pp. 167-178). Fundação Getúlio Vargas.
- Dahlberg, I. (1993). Knowledge organization: Its scope and possibilities. *Knowledge Organization*, 20(4), 211–220. <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-1993-4-211.pdf>
- Dahlberg, I. (2006). Knowledge organization: a new science? *Knowledge organization*, 33(1), 11–19.
- D'Araújo, M. C. (1999). *As instituições na Era Vargas*. EdUERJ & Fundação Getulio Vargas.
- Gomes, A. C. (1996). *A invenção do trabalhismo*. Relume-Dumará.
- Gugliotta, A. C., González de Gómez, M. N. & Fonseca, V. (2017). Informação a serviço do Estado burocrático: o caso do governo Vargas (1930–1945). In *Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB*. UNESP.
- Hegel, G. W. F. ([1837] 2001). *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. Centauro.
- Hjørland, B. (2007). *Social organization of knowledge*. https://arkiv.inf.ku.dk/KoLifeboat/CONCEPTS/social_organization_of_knowledge.htm
- Hjørland, B. (2008). What is knowledge organization (KO)? *Knowledge organization*, 35(2), 86–101.
- Pandolfi, D. (1999). *Repensando o Estado Novo*. Fundação Getulio Vargas.
- Parada, M. (2009). *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Apicuri.
- Schwartzman, S., Bomeny, H. M. B. & Costa, V. M. R. (2000). *Tempos de Capanema*. Paz e Terra; Fundação Getulio Vargas.

Notas

- ¹ Este artigo deriva da tese de doutorado da autora, intitulada “A Organização Social do Conhecimento no Instituto Nacional do Livro durante o Estado Novo no Brasil: da terminologia à ideologia”, defendida em 2024 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), indicada pelo Programa para concorrer ao Prêmio CAPES de Tese – Edição 2025.